

JOSÉ CASADO

ESTADO DE SÃO PAULO

O bom humor vai ser vital

A vida real, a partir desta Quarta-Feira de Cinzas, pôde ficar mais animada e divertida do que na temporada de folia. Depende apenas da visão bem-humorada de quem sabe que, no final, vai acabar mesmo pagando a conta. Há motivos de sobra.

Este 1º de março marca o início da contagem regressiva para a revisão do Plano Real. O governo já estuda como vai coordenar os reajustes de seus preços e tarifas e, principalmente, como vai controlar o processo de "ajuste" dos contratos privados. O virtual congelamento de preços termina em julho, quando o real completa um ano na praça.

Está começando uma etapa crucial na cena política e econômica brasileira. A simples perspectiva da reta final para revisão dos preços já é suficiente para deflagrar pressões. O que tende a avariar o eventual bom humor dos governantes.

Gostem ou não, o governo a



Há prenúncio de uma enxurrada de decisões capazes de abalar o bolso

partir de hoje será confrontado pelos chamados agentes econômicos com muito mais vigor do que vinha acontecendo antes da folia na avenida. É a vida pós-carnaval no País do real.

Assim, o governo terá de responder, objetivamente, às pressões dos empresários para mudanças no câmbio, definindo se vai optar por continuar acumulando déficits comerciais. Esse é um

confronto travado na meia-luz dos bastidores.

Na luz aberta da praça pública, vai ter de responder às pressões dos sindicatos de trabalhadores por aumentos salariais. O desafio começa dentro do setor público e em fronteiras onde o controle de Brasília costuma inexistir — as folhas de pagamento das prefeituras, dos Estados e das empresas estatais.

A agenda política está rica nas possibilidades de surpresas. O novo Congresso, por exemplo, começa o mês disposto a testar a

competência política do Executivo na decisão sobre manter ou não o veto presidencial ao aumento do salário mínimo para R\$ 100,00 mensais.

Simultaneamente, o presidente da República será testado nas negociações para aprovação rápida das reformas constitucionais que propõe. E a estabilidade do real, a cada semana, ficará totalmente na dependência do resultado dessas gestões.

Tudo isso num cenário em que o governo estará, literalmente, perseguindo os cidadãos, na tentativa de impedir que aconteça exatamente aquilo que os cidadãos mais gostam de fazer numa sociedade de consumo: consumir.

O pacote anticonsumo editado na véspera do carnaval começará a apresentar efeitos a partir de hoje. Sua premissa é a de que as pessoas não podem sair gastando pelas esquinas, como estavam fazendo.

O problema do governo, com esse pacote, é o mesmo de sempre: ele sabe que sua autoridade é limitada para impor regras à intermediação financeira ou às grandes cadeias de lojas, que se tornaram grandes financiadoras, mas não estão subordinadas à disciplina do mercado financeiro

porque, na vida real, são empresas comerciais.

O resultado também tende a ser o mesmo de sempre: o governo, com sua vocação paternal, continuará perseguindo os consumidores para obrigá-los a não consumir, tentando demonstrar-lhes que a busca da felicidade traz o risco da infelicidade, no fim das contas.

Portanto, basta olhar para ver que por trás de cada item da agenda política e econômica do País para as próximas semanas existe o prenúncio de uma enxurrada de decisões capazes de abalar o bolso das pessoas.

É recomendável o máximo de esforço (se realmente necessário) para se manter o bom humor, como nos dias de folia.

Os mais crédulos têm a alternativa de se voltar para velhas promessas, falsas, porém, de efeito reconfortante, como a de que os pobres herdarão a Terra.

Para esses, no extremo da dúvida, já está na praça o aceno governamental de desapropriação imediata de 1 milhão de hectares. Seria, na versão oficial, o início de uma "ampla reforma agrária".